

Associação de Municípios pede demissão do secretário de Estado do Ambiente

Para o secretário geral da ANMP, Humberto Rosa tem “um conceito de políticas ambientais que é totalmente errado”

A Associação Nacional de Municípios (ANMP) manifestou hoje a sua “total solidariedade” com os quatro autarcas que exigiram a revogação do Plano de Ordenamento da Costa Vicentina, pedindo a demissão do secretário de Estado do Ambiente.

Os presidentes das câmaras de Aljezur, Odemira, Sines e Vila do Bispo exigiram a revogação do Plano de Ordenamento da Costa Vicentina e acusaram a tutela de ter um comportamento “indigno, arrogante e prepotente”.

Em declarações à Lusa, Artur Trindade, secretário geral da ANMP, afirmou que a associação está “totalmente solidária com a posição que os quatro municípios assumiram e com as populações que vivem nesses quatro municípios”.

Artur Trindade disse ainda que “a atitude do senhor secretário de Estado [do Ambiente, Humberto Rosa] não surpreende”, uma vez que o governante “tem atitudes permanentes de desrespeito pelo cargo e pela sua autonomia e não cumpre normalmente aquilo que assume”.

Para o secretário geral da ANMP, Humberto Rosa tem “um conceito de políticas ambientais que é totalmente errado”, defendendo que o que é necessário são “políticas ambientais integradas”, que garantam a “defesa dos cidadãos que habitam nessas zonas”.

“É pena se só se demitir agora, já se devia ter demitido há muito mais tempo. Só tem vindo a tomar atitudes políticas que só têm prejudicado as populações dessas áreas”, rematou Trindade.

Em conferência de imprensa, os autarcas dos quatro concelhos integrados no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina pediram a demissão do secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, a quem acusam de ser o “verdadeiro obreiro” e protagonista de “toda esta trapalhada”, apontando igualmente o dedo à ministra Dulce Pássaro por não estar “de boa fé” neste processo.

Os autarcas criticaram fortemente a atitude do Ministério do Ambiente, que fez aprovar o plano sem que tivesse dado “conhecimento atempado” da versão final do documento aos municípios.

Para os presidentes destes quatro municípios, o Ministério do Ambiente “rompeu” unilateralmente o acordo estabelecido com as autarquias, no qual se comprometia a apresentar a versão final do documento antes da sua aprovação pelo Conselho de Ministros.

Redacção / Lusa

02:42 sábado, 29 janeiro 2011

